



CONSELHO ADMINISTRATIVO FUNSERV

Mandato 2020/2024

Exercício 2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REFERÊNCIA JULHO/2021 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA-FUNSERV

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, realizou-se, em caráter excepcional, devido ao Estado de Calamidade decretado no Município de Sorocaba (Decreto nº 25663/20), face à pandemia do COVID-19, reunião do Conselho Administrativo de modo não presencial, através da plataforma denominada *Google Meet*. Em atenção à convocação do Presidente do Conselho, bem como à Resolução FUNSERV nº 001/2021, que dispôs sobre o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo para 2021, em primeira chamada às 18h00 e em segunda chamada às 18h15, deu-se início à reunião, onde deliberaram sobre o que segue: SEÇÃO – I: FASE DE EXPEDIENTE (art. 17 da Lei Municipal nº 4169/1993): A) Verificação de quórum: iniciando a reunião, o Sr. Fábio Salun Silva, Presidente do Conselho Administrativo, passou a conduzir a pauta, após abertura oficial, verificação de quórum e saudação. Os membros Ana Paula Fávero Sakano, Juliana Aparecida Ribeiro, Maria Angélica Martins Alves Porto, Maria do Socorro Souza Lima e Wanderlene Aparecida Lopes Mariano justificaram a ausência à reunião e o Sr. Carlos Eduardo Barbosa João justificou sua ausência na reunião anterior. Alguns conselheiros apresentaram dificuldades de conexão, inclusive por estarem a trabalho remotamente ou em locais externos, pelo que, a listagem de presença está flexibilizada neste período de pandemia. Quórum verificado para dar início à reunião, o presidente delegou ao Sr. Edgar as funções de secretário para a presente reunião. SEÇÃO – II: FASE DA ORDEM DO DIA: (arts. 18 e seguintes da Lei Municipal nº 4169/1993). ITEM 1– APROVAÇÃO DO PARECER/ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: O Sr. Edgar, gestor dos recursos do RPPS, informou que o Comitê de Investimentos realizou, recentemente, as seguintes reuniões: 01/07/2021 – 14hs – BB DTVM, 06/07/2021 – 10hs – BTG Pactual, 13/07/2021 – 10hs- Privatiza Investimentos e 13/07/2021 – 15hs – BRAM (Bradesco). Estas reuniões, com instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, visaram conhecer a percepção do mercado financeiro acerca do cenário econômico no Brasil e também internacional, às expectativas quanto aos principais indicadores econômicos como o PIB, inflação (IPCA), variação do dólar, dentre outros. Além disto, foram oportunidades de conhecer novos produtos de investimentos, além de compreender os impactos de fatores recentes, como o aumento da taxa de juros (SELIC) e queda do dólar, que influenciaram a rentabilidade dos fundos que compõem a carteira. Isto posto, informou que foram enviadas na manhã do dia 26/07/2021, via e-mail, aos membros do Conselho Administrativo, as atas, bem como o parecer do Comitê de Investimentos, decorrente da reunião realizada pelo referido Comitê em 21/07/2021. Entendeu pertinente destacar alguns pontos tratados naquela reunião e que constam no material encaminhado. Informou que, ao final de Junho/21, os recursos alocados em renda fixa totalizaram R\$1.273.684.621,12, o que representa 64,77% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de -0,01% no mês, com retorno negativo o mês de -R\$124.811,40. No segmento de renda variável, o montante acumulado ao final do mês foi

de R\$603.025.441,73, o que representa 30,66% e, neste segmento, a rentabilidade foi de 0,63%, com retorno de R\$3.770.119,01. Informou ainda que, no segmento de investimento no exterior, o saldo foi de R\$89.792.345,70, o que representa 4,57% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de -1,26% no mês, com retorno de -R\$1.147.695,04. Destacou que a rentabilidade negativa dos fundos de investimento no exterior decorreu, principalmente, da queda da cotação do dólar no mês de junho. A rentabilidade total da carteira foi de 0,13%, com retorno de R\$2.497.612,57 e, com isto, ficou abaixo da meta de rentabilidade (meta atuarial), que foi de 0,98% para o mês. No acumulado do ano, a rentabilidade acumulada é de 1,98%, o que representa um pouco mais de 30% da meta de rentabilidade acumulada no ano, que foi de 6,50%. Ressaltou que, conforme constou na ata e parecer do Comitê de Investimentos, o cenário econômico continuou desafiador no mês de Junho/2021, por isto o resultado positivo alcançado, embora abaixo da meta, é muito importante, especialmente, durante a crise que temos enfrentado. Em seguida, o Sr. Edgar então apresentou a proposta do Comitê de Investimentos para aplicação dos recursos, da área de previdência, para o próximo mês: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Agosto/2021, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário (em torno de R\$ 8.000.000,00), propõe-se aplicação nos seguintes fundos: a) Safra Consumo Americano Fundo de Investimento em Ações BDR - Nivel I PB - CNPJ: 19.436.818/0001-80: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), e; b) Safra Equity Portfolio PB Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações - CNPJ: 14.476.729/0001-43: o saldo remanescente, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$ 1.200.000,00, propõe-se que sejam aplicados no fundo Safra Ações Livre Fundo de Investimento em Ações - CNPJ: 32.666.326/0001-49. Ademais, considerando que estes fundos são administrados, geridos e distribuídos por empresas do Conglomerado SAFRA, o Comitê propõe o credenciamento das seguintes instituições: a) ADMINISTRADOR: Safra Serviços de Administração Fiduciária Ltda – CNPJ: 06.947.853/0001-11, b) GESTOR: Banco J. Safra S.A. – CNPJ: 03.017.677/0001-20, e; c) DISTRIBUIDOR: Banco Safra S.A. – CNPJ: 58.160.789/0001-28 e informou que a Política de Investimentos para 2021 permite o credenciamento destas instituições. 3) Propõe-se ainda o resgate total do fundo Santander Seleção Crescimento Sênior FIC Ações – CNPJ: 02.436.763/0001-05 que, considerando a cota de 19/07/2021, possui o valor de R\$ 24.741.845,46 (vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) e a aplicação, em partes iguais, ou seja, 50% em cada um dos seguintes fundos: a) BB Ações Quantitativo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento – CNPJ: 07.882.792/0001-14, e; b) Caixa Brasil Ações Livres – CNPJ: 30.068.169/0001-44. Em seguida, informou que, com tais operações, o enquadramento da carteira permanece dentro dos limites legais, comparando a carteira atualizada até 16/07/2021 com as migrações propostas, ocorreriam as seguintes variações na carteira: na renda fixa, passaria de 62,64% para 62,35%, na renda variável, de 31,96% para 31,97% e, em investimentos no exterior, de 5,40% para 5,68%. Após tais informações, abriu a palavra aos membros do Conselho. O Sr. José Antonio, diretor administrativo e financeiro da FUNSERV, solicitou ao Sr. Edgar que esclarecesse aos membros do Conselho sobre a proposta de aplicação de recursos em investimentos no exterior, apesar de sua performance atual, conforme apresentado. O Sr. Edgar então esclareceu que é importante entender que a análise da carteira da FUNSERV deve compreender o longo prazo. Embora entendamos que temos uma meta de rentabilidade a perseguir e o resultado mensal é importante para o atingimento desta meta, é preciso sempre ter uma visão mais ampla, visto que os resultados mais significativos serão alcançados no longo prazo. No caso dos investimentos no exterior, no mês

de Junho/21, seu resultado foi impactado pela variação negativa na cotação do dólar e, neste segmento, a opção que temos feito é de aplicar em fundos que tem exposição à variação cambial, pois eles têm menor correlação com os fundos de renda variável vinculados ao mercado interno. Isto significa que, na maioria das vezes, quando a bolsa brasileira cai, o dólar sobe e vice-versa e, portanto, por seu comportamento diverso, estes fundos contribuem com a diversificação da carteira. Ademais, com a desvalorização do dólar frente ao real, os fundos de investimento no exterior que possuem exposição à variação cambial sofrem também a redução do valor de suas cotas e, com isto, apresenta-se oportunidade para novas aplicações. As sugestões de investimentos em renda variável, com os dois fundos sugeridos, está em linha ainda com a expectativa de melhora no cenário interno, o que beneficiará tais fundos. Explicou ainda que a estratégia de aplicação dos fundos de investimento no exterior e fundos de renda variável visa alcançar o máximo permitido, dentro do limite legal e da política de investimento, ou seja, 10% e 35%, respectivamente. Esclareceu ainda que, com a taxa de juros (SELIC) em patamar ainda baixo (4,50%a.a.) e com a tendência de elevação até o final do ano, podendo chegar a 6,50% a.a., os fundos de renda fixa tem obtido retorno baixo e ainda distante da meta de rentabilidade. Portanto, neste momento, a estratégia é a posição em renda variável e de investimento no exterior, entendendo que, nestes segmentos, haverá a oportunidade de maiores retornos. Informou ainda que as aplicações nestes segmentos, investimento no exterior e renda variável, tem sido realizadas paulatinamente, de modo a ampliar o volume de recursos nestes segmentos pouco a pouco, sem movimentos bruscos, de modo a não impactar negativamente a carteira principalmente, em função da alta volatilidade do mercado neste ano. Após tais esclarecimentos, não foram apresentadas outras questões. Em seguida, o Presidente submeteu as propostas do Comitê de Investimentos à votação pelo Conselho, sendo aprovadas por unanimidade. Em seguida, o Sr. Edgar apresentou as informações referentes à carteira de investimentos dos recursos da assistência à saúde. Informou que, ao final do mês de Junho/2021, o volume total de recurso no Fundo Reserva da Assistência à Saúde era de R\$23.722.443,96, sendo R\$ 17.342.374,84, no segmento de renda fixa e R\$ 6.380.069,12, no segmento de renda variável. O retorno total da carteira foi de R\$ 47.551,64, o que representou 0,18%. Na renda fixa, o retorno foi de -R\$11.978,88, o que representou -0,04% e, na renda variável, o retorno foi de R\$59.530,52, o que representou 0,94%. Como citado, no mês de Junho/21, a rentabilidade total da carteira foi de 0,18%, abaixo da meta de rentabilidade (IPCA), que foi de 0,53%. A rentabilidade acumulada no ano foi de 2,88%, o que representa um pouco mais de 76% da meta de rentabilidade acumulada de 3,77%. Na carteira da assistência à saúde, a proposta é de que, caso haja necessidade de resgate de fundos para cobertura do fluxo de caixa, que se realize o resgate do fundo CAIXA BRASIL IDKA IPKA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP - CNPJ:- 14.386.926/0001-71, visto que seu prazo de disponibilidade de resgate é D+0, ou seja, o recurso é creditado no mesmo dia do pedido de resgate. Em seguida, abriu a palavra aos membros do Conselho. A Sra. Silvana, presidente da FUNSERV, destacou a busca do Comitê de Investimentos pelas melhores alternativas, no intuito de alcançar os melhores resultados e agradeceu pelo empenho de todos os membros. Em seguida, o presidente colocou a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade.

2 - ANÁLISE DAS CONTAS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Em seguida, o Sr. José Antonio apresentou as informações de receitas e despesas da assistência à saúde, referentes ao mês de Junho/2021. Esclareceu que, no mês, o total de receitas foi de R\$9.146.400,38 e, o total de despesas liquidadas, foi de R\$11.711.048,84 e, com isto, o déficit mensal foi de -R\$2.564.648,46. Informou que a gestão tem acompanhado de perto as despesas da assistência da saúde, agradeceu à Sra. Laíde, gestora administrativa da saúde, a Sra. Marise, que exerce a função de controle interno na FUNSERV e também à Sra. Silvana, por todo o apoio e empenho

em ações de melhoria. Informou que entende que a pandemia de Covid-19 foi um fator relevante para o reajuste nos preços dos insumos na área de saúde e a tendência é de estagnação deste custo e, com isto, também do déficit mensal. Ressaltou que a equipe vem se debruçando sobre as contas da saúde, buscando identificar oportunidades para racionalizar o serviço como, por exemplo, pacotes de serviços e revisão de preços. Apresentou, em seguida, a análise das contas da saúde compreendendo a evolução das receitas, despesas e saldo mensal, no período de 18 meses, ou seja, de Janeiro/2020 à Junho/2021. Neste, apresentou o saldo do déficit no período foi de -R\$2.590.206,15 e, com isto, a média mensal do déficit é de -R\$143.900,34. Ressaltou que entende importante esta análise, para demonstrar a evolução, especialmente, no período de pandemia, cenário bastante desafiador. Destacou que o saldo da Reserva Financeira da Assistência à Saúde, em Janeiro/2020, era de R\$ 24.747.854,78 e, em Julho/2021, era de R\$ 23.798.471,87, ou seja, bem próximo do saldo no início do período analisado e reforçou que o Fundo de Reserva tem funcionado bem ao fim que se destina. A Sra. Silvana acrescentou que a respeito da revisão de preços, bem como a busca por formas de redução de valores, alguns fornecedores são mais rígidos, outros entendem o momento para renegociar, recebem de forma mais tranquila, querem ajudar a passar por esta fase. O intuito é não alterar as contribuições, nem diminuir o serviço, mantendo a qualidade, destacando o esforço para trabalhar com a rede credenciada para não impactar os servidores e seus beneficiários no período de Covid-19. Se não fosse o caráter excepcional da pandemia, provavelmente, as negociações ocorreriam normalmente, sem muito estresse. Ressaltou que não houve reposição de reajuste para os prestadores, mas houve elevação nos preços de rotinas médicas. O Sr. José Antonio destacou que, em função da Lei 173/20, os servidores não tiveram reajuste salarial e, conseqüentemente, não houve aumento nas contribuições à assistência à saúde, não sendo possível conceder reajuste aos prestadores. A Sra. Silvana destacou que nenhum dos prestadores quer perder a FUNSERV como cliente, dado volume de servidores e beneficiários que utilizam este serviço, é uma carteira muito relevante no município. Agradeceu a Sra. Laíde, gestora da saúde e também ao Dr. Setembrino, supervisor técnico da saúde, pelo zelo com o patrimônio da assistência à saúde. O Sr. José Antonio também agradeceu aos gestores da assistência da saúde, em função das ações adotadas em questões técnicas, especialmente, ao Dr. Setembrino, pelo empenho em sua função e também pela expertise. A Sra. Silvana agradeceu também aos demais membros da equipe da assistência à saúde, médicos e enfermeiras auditoras, pelo empenho e constante busca por melhorias. O Sr. José Antonio aproveitou também para agradecer toda a equipe da FUNSERV pelo comprometimento, mesmo com um quadro reduzido de funcionários, possui um corpo técnico muito qualificado, que se empenham, sem medir esforços. O conselheiro Sr. Carlos Eduardo concordou e destacou que a equipe é muito dedicada e capacitada. Ressaltou que o déficit na assistência à saúde já era esperado, tanto pelo aumento nos custos, como no quantitativo de atendimentos, em função do represamento dos procedimentos eletivos ocorridos em função da pandemia e sua respectiva reabertura e retomada de atendimentos eletivos. A Sra. Laíde destacou que, no decorrer da pandemia, a FUNSERV manteve o atendimento normalmente, não restringindo ou prejudicando os atendimentos aos beneficiários e informou que, na data desta reunião, ainda havia cinco beneficiários da FUNSERV internados em decorrência da infecção por COVID-19. O Sr. José Antonio concordou com o dito pelo conselheiro Carlos Eduardo, contudo, esclarecendo que eventuais represamentos se deram em virtude das políticas de restrição adotadas pelos próprios médicos e hospitais credenciados. A Sra. Silvana destacou ainda a preocupação com os atendimentos aos beneficiários, especialmente, decorrente das sequelas causadas pela Covid-19. A Sra. Laíde informou que esta é, de fato, uma questão bem delicada e relevante. O Sr.

Marcos Trindade, membro do Conselho Fiscal, comentou que é importante estar atento a tais fatores. O Sr. José Antonio destacou que a gestão está atenta à evolução destes atendimentos, inclusive, por se tratar de uma questão multidisciplinar.

ITEM 3 - INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA E CONDUTA – CEC: O presidente passou a palavra à Sra. Silvana. Ela explicou que, durante análise de dados para preenchimento de um questionário ao TCU, reanalisou-se o Código de Ética da FUNSERV e, verificou-se a necessidade de instituir, de forma permanente, a Comissão de Ética e Conduta, para acompanhar a execução do Código de Ética. Como a indicação é da Presidência da FUNSERV, entende pertinente compartilhar com todos a composição da Comissão, a saber, como Representantes da Funserv: Titular - Maria do Socorro Souza Lima e Suplente - Marilda Aparecida Corrêa, como Representantes do Conselho Administrativo: Titular - Marcelo Stefani e Suplente - Anésia de Moraes Rosa e, como Representantes do Conselho Fiscal: Titular - José Marcos Trindade e Suplente - Sandra Lucia Galli. Informou que a publicação da composição deve ocorrer ainda esta semana. Lembrou da importância para o atendimento ao Pró-Gestão e que o Código de Ética é um instrumento relevante para a FUNSERV e agradeceu a todos os membros que compõem a Comissão instituída.

ITEM 4 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: O Sr. José Antonio informou que, em 15/07/2021, foi publicada a Portaria nº 22.983, que instituiu o Grupo de Trabalho de Implementação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Município de Sorocaba. Ressaltou que a instituição da Previdência Complementar no município decorre de obrigação constitucional, após a vigência da EC 103/2019 (Reforma da Previdência). Informou que na próxima terça-feira (03/08/2021), às 10 horas, será realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho. Informou que o GT do Conselho Administrativo será informado das ações e discussões e poderá contribuir, com apoio técnico, ao Grupo municipal. Declarou que enviará, no grupo, o guia da previdência complementar para que todos possam ler e contribuir e, após a reunião, compartilhará com os membros as ações desenvolvidas. Informou ainda que manterá o Conselho Administrativo informado do andamento nos trabalhos nas próximas reuniões. A Sra. Silvana explicou que há muito a ser realizado, visto que o prazo para instituição da previdência complementar no município é até o mês de Novembro/2021. Informou que a minuta de Lei é um dos pontos com menor dificuldade, visto que, inclusive, há uma minuta divulgada pela Secretaria de Previdência e que pode ser adaptada à realidade dos municípios. Destaca que existem ações importantes, como critérios de seleção da entidade a ser credenciada e demais definições práticas e, ainda, a importância de esclarecer aos servidores como funcionará a previdência complementar no município. O Sr. José Antonio esclareceu aos membros do Conselho que a Previdência Complementar será aplicada aos novos servidores, que ingressarem a partir da publicação da Lei. Informou que, a partir de então, a contribuição dos servidores e o sua aposentadoria, respeitará o teto do RGPS (INSS) e que, caso estes servidores queiram contribuir com um plano de previdência acima deste valor, poderão então, contribuir para a previdência complementar. Informou que, para os atuais servidores e para aqueles que ingressarem até a publicação da lei, a adesão a previdência complementar será facultativa. O Sr. Carlos Eduardo disse que, como o salário de funcionários novos, da maioria dos cargos do município, é abaixo do teto do RGPS, entende que a adesão será bem reduzida. A Sra. Silvana destacou que a adesão dos atuais servidores, que é facultativa, dependerá de análise de cada caso, pois depende do tempo de contribuição, cargo, dentre outras informações, sendo necessário fazer cálculos para verificar se compensa para o servidor. Destacou que compete ao GT ajudar a criar o manual para esclarecimentos aos servidores. Ressaltou ainda a relevância do material para educação previdência dos servidores, a fim de que estes possam tomar as decisões mais assertivas, buscar o que é mais vantajoso. O Sr. José Antonio ressaltou a importância da educação previdenciária, a fim de

que, mesmo os atuais servidores, não percam a oportunidade, que estejam cientes e entendam a importância como garantia para seu futuro. O Sr. Carlos Eduardo afirmou que se trata de uma pauta bastante complexa. A Sra. Silvana afirmou que, por este motivo, cabe ao RPPS coordenar os trabalhos, pois, pela sua atividade especializada na área de previdência, tem mais condições de coordenar esta pauta. Informou ainda que, conforme os trabalhos sejam desenvolvidos, compartilhará as informações para que todos os membros do Conselho estejam a par do assunto. ITEM 5 - ASSUNTOS GERAIS: O presidente abriu a palavra, não havendo assuntos gerais. SEÇÃO III – ENCERRAMENTO: Após verificar que não existiam mais assuntos a serem tratados, o presidente deu encaminhamento ao encerramento da reunião, agradecendo a todos pela presença. Não havendo nada mais a tratar, encerraram-se os trabalhos às 19h40min, e para constar eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, secretário designado, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e posteriormente publicada junto ao site da Funserv, ficando a próxima reunião ordinária agendada para 26 de agosto de 2021, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 01, de 15/01/2021.-----

Sorocaba, 28 de julho de 2021.

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Secretário Designado

PRESENTES NA REUNIÃO:

Alexandre Junger de Freitas	Membro Titular
Anésia de Moraes Rosa	Membro Titular
Carlos Eduardo Barbosa João	Membro Titular
Cilsa Regina Guedes Silva	Membro Titular
Edgar Aparecido Ferreira da Silva	Membro Titular – Gestor dos Recursos do RPPS
Edinaldo Souto Proença	Membro Titular
Fábio Salun Silva	Membro Titular – Presidente do Conselho Adm.
Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira	Membro Titular
José Antonio de Oliveira Júnior	Membro Titular - Licenciado - Dir. Adm. e Financeiro
Luiz César Domingues Moraes Sobrinho	Membro Titular
Marilda Aparecida Correa	Membro Titular
Marise de Souza Simão	Membro Titular –Controlador Interno da FUNSERV
Pedro de Oliveira Rosa	Membro Titular
Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto	Membro Titular - Presidente da FUNSERV
Setembrino Ferraz Júnior	Membro Titular
Gêmina Maria Pires	Membro Suplente
Marcelo Stefani	Membro Suplente
Osmir Antonio da Silva	Membro Suplente
José Marcos Trindade	Membro Titular do Conselho Fiscal
Laíde Aparecida Trindade	Gestora Administrativa da Saúde